

ARTIGO

MICHEL DE CERTEAU
E A PSICANÁLISE
AS ESTRATÉGIAS DO
TEMPO E AS FRONTEIRAS
DA HISTÓRIA COM A
LITERATURA

ROBSON FREITAS DE MIRANDA JUNIOR

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
rfm.juninho@gmail.com
orcid.org/0000-0003-0870-1146

O objetivo desse artigo é analisar alguns dos trabalhos de Michel de Certeau reunidos na coletânea intitulada “História e psicanálise: entre ciência e ficção”. Principalmente os textos: “Psicanálise e história” e “O ‘romance’ psicanalítico: história e literatura”. Pretendemos evidenciar que, em suas reflexões sobre a história e o fazer historiográfico, Certeau se valeu intensamente da teoria e da escrita freudianas, uma vez que, nelas, o historiador encontrou tanto a possibilidade de pensar novas temporalidades que caracterizariam o discurso histórico, quanto uma teoria da narratividade, que seria fundamental para entender o próprio estatuto da escrita da história.

Certeau – psicanálise – história

ARTICLE

MICHEL DE CERTEAU
AND PSYCHOANALYSIS
STRATEGIES OF TIME AND
THE BORDERS BETWEEN
HISTORY AND
LITERATURE

ROBSON FREITAS DE MIRANDA JUNIOR

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brazil
rfm.juninho@gmail.com
orcid.org/0000-0003-0870-1146

The purpose of this article is to analyze some of Michel de Certeau's texts gathered in the collection entitled "History and psychoanalysis: between science and fiction"; specially: "Psychoanalysis and history" and "The psychoanalytic 'novel': history and literature". We intend to demonstrate that, in his reflections on history and historiographical practice, Certeau had an intense use of Freudian theory and writing, since, in them, the historian found both the possibility of thinking about new temporalities that would characterize the historical discourse, as well as a theory of narrativity, which would be fundamental to understand the very status of writing of history.

Certeau – Psychoanalysis – history

Michel de Certeau foi um assíduo leitor de Freud e encontrou no psicanalista, sobretudo em suas incursões no terreno da história, contribuições para problematizar seu próprio ofício. Os deslocamentos que Freud teria realizado no campo da história serviram de base para que Certeau pudesse questionar o lugar da historiografia, sua institucionalização e seu estatuto como saber científico. Além disso, a prática de escrita de Freud instigou o intelectual francês a pensar sobre os procedimentos que caracterizam a escrita do historiador, as operações e táticas que ele empreende no seu exercício (bem como as dissimulações, os ocultamentos e seus não-ditos). Por fim, como procuramos demonstrar, a escrita freudiana serviu de referência para Certeau questionar a natureza do discurso historiográfico. O romance freudiano evidenciava a penetração da ficção e da lenda no enunciado científico, borrando e complexificando suas fronteiras, levando-o a conceber a ideia de uma “ficção teórica”, da qual ele se valeu para caracterizar a própria retórica.

Freud foi, portanto, uma referência teórica fundamental para Certeau e as interfaces que o historiador estabeleceu com sua obra possuem desdobramentos importantes para a teoria da história. Antes de nos aprofundarmos em alguns desses estudos, devemos retomar, ainda que brevemente, um ponto importante sobre a obra de Freud, a respeito à sua relação com a história.

FREUD E O SABER HISTÓRICO

Uma questão importante que, implícita ou explicitamente, abordamos em nosso trabalho está relacionada à busca pela pertinência e implicações da teoria psicanalítica para a história¹. A essa discussão epistemológica ainda está ligada um outro importante questionamento: por que recorrer à teoria psicanalítica e o que explicaria a fluidez de muitos de seus conceitos para campos, aparentemente, distintos do seu? O próprio Michel de Certeau, atento aos perigos de tal procedimento, levanta uma problematização análoga:

Ao estender pontos de vista teóricos para fora do campo em que eles haviam sido elaborados e permanecem submetidos a uma verificação, não será que se passa, de acordo com a observação de Canguilhem (1977), das ‘teorias’ científicas para as ‘ideologias’ científicas? Esse caso é frequente. O próprio Freud hesitava, às vezes, em relação ao estatuto de suas pesquisas sócio-históricas e, no final de sua vida, ele declarava, com ironia, escrevê-las enquanto fumava cachimbo, à maneira de passatempo (Certeau 2012, 77).

Mesmo destacando a ironia com que o psicanalista vienense tratava seus “estudos sócio-históricos”, Certeau nota que esse tipo de empreendimento exerceu grande influência na trajetória intelectual do autor. Para ele, Freud, na elaboração desses trabalhos, “traçava, assim, a fratura de uma ambiguidade sobre seus quadros analíticos” (Certeau 2012, 78) e completa dizendo que “compete à posteridade, enfrentar o respectivo desafio teórico” (Certeau 2012, 78). Desafio que, em certo sentido, o próprio historiador se propõe a enfrentar.

¹ Essa é uma questão complexa e muito ampla, conforme indica José D’Assunção Barros em seu artigo “*História e saberes psi – considerações interdisciplinares*” (Barros 2011) e, portanto, escapa aos limites de nossa pesquisa. Nesse trabalho temos procurado compreender os contornos que essa discussão assumiu no trabalho específico de Certeau.

Certeau destacou que há, na teoria freudiana, uma espécie de proclamação de vitória em relação à exposição de outros campos de conhecimento à reflexão psicanalítica. As invasões da psicanálise sobre outros saberes são, para Freud, bem sucedidas. O historiador acrescenta que

três domínios (“a mitologia, a história da literatura e a das religiões”) ocupam nas reuniões da quarta-feira, à noite, na casa de Freud (a partir de 1902) e, em seguida, da “Sociedade Psicanalítica de Viena” (fundada em 1908). No início, Rank (secretário do grupo), Adler, Federn, Sachs, Schilder, Steiner e ainda outros – assim como, mais tarde, Reik, Tausk e Lou Andreas Salomé – abordavam o incesto, o símbolo, os mitos, Wagner, Nietzsche, etc. Em breve, essas “aplicações” da psicanálise fazem objeto de discussões mais amplas ou de correspondências com Abraham (Berlim), Ferenczi (Budapeste), Groddeck (Baden-Baden), Jung (Zurique), Jones (Londres), Putnam (Boston), etc. Enquanto narrativas, essas análises levam o estudo de “caso” para a biografia até o “retrato psicológico do presidente Wilson, trabalho tardio e bicéfalo de Freud e W.C. Bullit (Certeau 2012, 79).

Nesse sentido, a criação da *Associação Psicanalítica Internacional*, em 1910, também teria contribuído para que as pesquisas cujo objetivo fosse aplicar a psicanálise à ciência da linguagem e à história se desenvolvessem, se diferenciasssem e se confrontassem cada vez mais (Certeau 2012, 79).

Em um texto publicado em 1913, intitulado *O interesse da psicanálise*, Freud abordou, dentre outras coisas, a relação que a teoria psicanalítica mantinha com outras ciências “não psicológicas”. Ao abordar as implicações de seus conceitos para o campo da “história da civilização” ele entendia que “a comparação da infância do indivíduo com a história primitiva dos povos já se mostrou fecunda em várias direções, embora esse trabalho mal tenha começado. Nisso, o *modo de pensar psicanalítico* age como um *instrumento de pesquisa*” (Freud 2012, 355, grifos nossos).

Freud parecia estar sugerindo que a psicanálise se converta numa espécie de instrumental teórico para outros saberes, uma vez que a transposição de seus pontos de vista, premissas e conhecimentos “capacitou a psicanálise a lançar luz sobre as origens de nossas grandes instituições culturais – da religião, da moralidade, do direito, da filosofia” (Freud 2012, 356). Não se trata de uma redução de todos os acontecimentos da dimensão política, econômica ou social à análise psicanalítica, pois não era o que o próprio Freud propunha². Contudo, nos parece evidente que a noção de instrumentalidade da psicanálise, proposta por Freud, soa como uma espécie de submissão desses outros saberes à sua teoria.

Um dos aspectos mais importantes para entender a interdiscursividade da teoria freudiana talvez seja o papel da noção de desejo³. É o enraizamento do funcionamento do indivíduo a partir desse conceito que permite o psicanalista transpor suas categorias para outros campos de saber. Isso ocorre

² A pertinência de se valer de categorias como “elaboração”, “Complexo de Édipo”, “Eu”, “Super-eu” e “Isso”, ou de noções como a do “princípio de prazer” para compreender fenômenos de ordem histórica é de fato questionável, como o próprio Certeau analisa (v. Certeau 2011, 308). Esse tipo de crítica também está presente em no artigo de Joan Scott (Scott 2012).

³ Laplanche entende que na concepção dinâmica freudiana, o desejo corresponde a um dos polos do conflito defensivo, isto é, “o desejo inconsciente tende a realizar-se restabelecendo, segundo as leis do processo primário, os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. A psicanálise mostrou, no modelo do sonho, como o desejo se encontra nos sintomas sob a forma de compromisso” (Laplanche 2001, 113).

porque haveria uma correlação profunda entre o desejo que move o sujeito e o surgimento das instituições sociais. Para Freud

a psicanálise estabelece uma íntima relação entre todas essas realizações psíquicas dos indivíduos e das comunidades, ao postular a mesma fonte dinâmica para ambos. [...]. Toda a história da civilização é um relato dos caminhos que os seres humanos tomaram para “vincular” seus desejos não satisfeitos, sob as condições cambiantes – e modificadas pelo avanço técnico – de concessão e frustração deles por parte da realidade. (Freud 2012, 357).

Dessa forma – de acordo com a perspectiva freudiana – a sociedade, ao estabelecer a primazia do desejo, é dotada de uma dimensão afetiva e passa a ser diretamente responsável pela produção das neuroses. Como destaca Freud, a psicanálise evidenciou “amplamente o papel que as condições e exigências sociais têm na causação das neuroses. As forças que promovem a restrição e repressão dos instintos por parte do Eu se originam essencialmente da docilidade ante as exigências da civilização” (Freud 2012, 360).

Não podemos deixar de notar que toda essa abrangência analítica possibilitada, em teoria, pela psicanálise, se apresenta também como um aspecto possível de sua fragilidade. Ao se propor estender seus pontos de vista para outros campos, ela corre o risco de se tornar uma espécie de “ideologia científica”, como destaca Certeau (Certeau 2012, 77). Contudo, as relações de Freud com o saber histórico não se limitam a esses aspectos, pois se estendem também para a própria noção de inconsciente concebida por ele.

No texto de 1913, Freud elaborava uma nova conceitualização de passado na qual a psicanálise se habilitava a decifrar a gênese de grandes instituições culturais como a religião, o direito ou a filosofia. Ou seja, a origem de um passado propriamente histórico, composto pelos mitos e as lendas que as sociedades constroem. Em 1915, ao escrever *O inconsciente* (Freud 2010), ele demonstra que seu interesse pela história também se inscrevia em sua teoria do inconsciente, em virtude da carga histórica que a remissão ao passado infantil terá para o sujeito.

O psicanalista Jean Laplanche entende que, se fosse preciso concentrar numa palavra a descoberta freudiana, ela seria incontestavelmente a palavra inconsciente (Laplanche 2001, 236). Em *O Eu e o id* (1923), Freud afirma que a diferenciação do psíquico em inconsciente e consciente é a premissa básica da psicanálise “e o que lhe permite compreender e inscrever na ciência os processos patológicos da vida psíquica, tão frequentes e importantes” (Freud 2011, 15). Dessa forma, ele sustenta que a psicanálise não resume a essência do psíquico à consciência, mas é obrigada a concebê-la como uma de suas qualidades.

O inconsciente freudiano é, em primeiro lugar, uma noção *tópica* e *dinâmica*⁴ que surgiu da experiência do tratamento – conforme o psicanalista evidencia no artigo intitulado *O inconsciente* de 1915 (Freud 2010, p 118-126). Freud teria mostrado que o psiquismo não é redutível ao consciente (como indicamos acima) e que determinados conteúdos só se tornariam acessíveis à consciência depois da superação de algumas resistências⁵. Freud teria percebido, portanto, que a vida psíquica era repleta de elementos, mesmo que inconscientes, dos quais emanariam os sintomas (Freud 2010, 134-5). Sendo assim, o inconsciente deve ser compreendido como uma instância psíquica, um sistema que possui conteúdos, mecanismos e uma energia específica.

Outro aspecto importante presente nessas investigações destaca Laplanche, é o que Freud denomina de “representantes da pulsão” em *O inconsciente*. Ele entende que a pulsão – na fronteira do somático e do psíquico – “está aquém da oposição entre consciente e inconsciente; por um lado, nunca se pode tornar objeto da consciência e, por outro, só está presente no inconsciente pelos seus representantes, essencialmente o ‘representante-representação’” (Laplanche 2001, 236). Esse binômio está relacionado à representação ou grupo de representações em que a pulsão se fixa no decurso da história do sujeito e por meio da qual se inscreve em seu psiquismo. Dessa forma, de acordo com um dos primeiros modelos teóricos freudianos, o aparelho psíquico é definido como sucessão de inscrições de sinais. As representações inconscientes são, assim, dispostas em fantasias, histórias imaginárias em que a pulsão se fixa e que podemos conceber como verdadeiras encenações do desejo (Laplanche 2001, 236).

Por fim, é importante destacarmos outro elemento essencial para a compreensão da teoria freudiana do inconsciente, relacionado ao que já foi apresentado. O psicanalista afirma que todo o conceito de inconsciente foi adquirido a partir da teoria da repressão. Para ele, portanto, o reprimido é “o protótipo do inconsciente” (Freud 2011, 17). E, de acordo com Freud, a psicanálise ensina que a “essência do processo de repressão não consiste em eliminar, anular a ideia que representa o instinto, mas em impedir que ela se torne consciente” (Freud 2010, 100). Contudo, por mais que todo o material reprimido permaneça inconsciente, ele não é tudo o que constitui o inconsciente. Esta instância tem um âmbito maior: o reprimido é uma parte (essencial) do inconsciente.

⁴ Esses dois termos assumem, em Freud, um sentido peculiar. Laplanche define *tópica* como sendo a “teoria ou ponto de vista que supõe uma diferenciação do aparelho psíquico em certo número de sistemas dotados de características ou funções diferentes e dispostos numa certa ordem uns em relação aos outros, o que permite considerá-los metaforicamente como lugares psíquicos de que podemos fornecer uma representação figurada espacialmente” (Laplanche 2001, 505). Podemos falar, portanto, em duas tópicas freudianas, sendo a primeira aquela em que a distinção principal é feita entre Inconsciente, Pré-consciente e Consciente, e a segunda a que distingue três instâncias: o isso, o eu e o super-eu (Freud 2010). Laplanche ainda define *dinâmica* como a “qualificação de um ponto de vista que considera os fenômenos psíquicos como resultantes do conflito e da composição de forças que exercem uma certa pressão, sendo essas forças, em última análise, de origem pulsional” (Laplanche 2001, 119).

⁵ É fundamental destacarmos aqui que a noção freudiana do “inconsciente” é profundamente complexa, repleta de nuances e, de forma alguma, estanque no próprio pensamento de Freud, que a teria desenvolvido ao longo de sua produção. Para Laplanche, o inconsciente é instância psíquica descoberta por Freud que designa a existência de um outro campo que não só o da consciência, na qual ficam depositados conteúdos que, nada mais são que representantes da pulsão e que por estarem sob ação do recalque, não chegam à consciência, a não ser via sonho, chiste, ato falho (Laplanche 2001, p 235-238). Para um maior aprofundamento no estudo desse conceito, cf. (Freud 2010; 2011).

Nesse ponto Freud se questiona sobre a forma pela qual podemos acessar os conteúdos do inconsciente. Pergunta fundamental. Segundo ele, o que conhecemos enquanto consciente é aquilo que experimentou uma transposição ou tradução para esta instância. Sendo assim, destaca, o trabalho analítico torna evidente que essa tradução é possível. E acrescenta que “isso requer que o analisando supere determinadas resistências, as mesmas que outrora, rejeitando-o do consciente, transformaram um dado material em reprimido (Freud 2010, 101)”.

E assim chegamos a um importante aspecto das contribuições de Freud. Ao estabelecer a dimensão *histórica*⁶ de um psiquismo onde o presente se interroga acerca de si mesmo elucidando o sentido do passado, o psicanalista desbaratava o tempo evolucionista que partia do passado para dar sentido ao presente⁷. A noção de inconsciente teria habilitado Freud a pensar sobre as relações temporais de uma forma dinâmica e complexa. O passado estaria sempre expresso no presente, fazendo suas aparições através das repetições, dos atos falhos, dos chistes, etc. O passado seria quase onipresente. Contudo, e esse é um ponto central, sua presença no presente se daria a despeito dos esforços do sujeito em controlá-lo. Sua voz é ouvida apesar das estratégias empreendidas, pelas resistências do sujeito, para silenciá-lo.

E é a partir desse ponto que Michel de Certeau continua seus diálogos com a teoria psicanalítica.

HISTÓRIA, PSICANÁLISE E AS ESTRATÉGIAS DA TEMPORALIDADE

Em seu texto *Psicanálise e história*⁸, Certeau argumenta que a psicanálise se articularia a partir de um processo que seria o núcleo da descoberta freudiana: o retorno do recaiado. Este retorno mobiliza um conceito de tempo e memória em que a consciência atua tanto como máscara ilusória, quanto como vestígio de acontecimentos que organizam o presente. Se o passado é recaiado, ele retorna, sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído. Certeau retoma um exemplo mobilizado por Freud para esclarecer esse “desvio-retorno”, que seria a astúcia da história: “depois de ter sido assassinado, o pai de Hamlet retorna, mas como fantasma, em outra cena, e é, então que ele se torna a lei à qual o filho obedece” (Certeau 2012, 71).

Dessa forma, haveria uma *inquietante familiaridade* desse passado que um ocupante atual rechaçou (ou acreditou ter rechaçado) para poder apropriar-se de seu lugar. “O morto assombra o vivo, ele ‘re-morde’ (mordida secreta e repetida)” (Certeau 2012, 71). A história seria, portanto, canibal e a memória se tornaria a instância em que se oporiam duas operações distintas. Primeiramente, o esquecimento, que não seria uma passividade ou uma perda, mas uma ação *contra* o passado. Em segundo lugar, o vestígio mnésico, que representaria o retorno do esquecido, isto é, uma ação do passado forçado ao disfarce. Nesse sentido, Certeau entende que:

⁶ A expressão histórica (*historisch*) possui um sentido peculiar para Freud. Esse termo foi discutido no tópico 3.4. *A ficção da história e a escrita de “Moisés e o monoteísmo”*.

⁷ Seria correto pontuarmos que o inconsciente possui um certo caráter de atemporalidade. Contudo, essa atemporalidade estaria relacionada ao fato de que nele as fronteiras entre passado e presente estão borradas, pois não são facilmente distinguidas (e, talvez, nem existam). Presente e passado coexistem no inconsciente. Estão imbricados um no outro.

⁸ Este texto foi publicado pela primeira vez em 1978, em uma obra organizada por alguns historiadores, dentre eles Jacques Le Goff, cuja proposta era discutir, em um volume coletivo, as transformações da disciplina histórica. *“Psychanalyse et histoire”* (LE GOFF 1978, 477-487).

De maneira mais geral, qualquer ordem autônoma constitui-se graças ao que ela elimina, produzindo um “resto” condenado ao esquecimento; no entanto, o excluído insinua-se, de novo, neste lugar “limpo” [*propre*], instala-se aí, suscita a inquietação, torna ilusória a consciência segundo a qual o presente julga estar em “sua casa”, fixa aí seu esconderijo; e esse “selvagem”, esse “ob-sceno”, esse “lixo”, essa “resistência” da “superstição” vai inscrever aí – à revelia do proprietário (o *ego*) ou contra ele – a lei do outro. (Certeau 2012, 72).

Contudo, o historiador constata que a historiografia procura se desenvolver em função de um corte entre o passado e o presente. Isso ocorre porque ela seria o resultado das relações de saber entre dois *lugares* supostamente distintos: o lugar presente (científico, profissional, social) do “trabalho, o aparato técnico e conceitual da *pesquisa* e da interpretação, a operação de descrever e/ou de explicar”; e os *lugares* (museus, arquivos, bibliotecas) em que são “guardados, inertes, os materiais que são objetos da pesquisa e – em um segundo momento, deslocados no tempo – os sistemas ou *acontecimentos* do passado, cuja análise é permitida por intermédio desses materiais” (Certeau 2012, 72). Nesse sentido, haveria uma fronteira separando a instituição atual – que *fabrica* as representações – das regiões antigas ou longínquas, encenadas pelas representações historiográficas.

É importante notarmos que – mesmo que a historiografia procure postular uma continuidade (genealogia), uma solidariedade (filiação), ou mesmo uma conivência entre seus operadores e seus objetos – ela postula uma diferença entre eles, que, segundo Certeau, evidencia sua vontade de objetividade. A historiografia cria, assim, um espaço organizado por ela que é, “ao mesmo tempo, dividido e hierarquizado, comportando um ‘próprio’ (o presente de uma prática) e um ‘outro’ (o passado estudado)” (Certeau 2012, 72). Sendo assim, a fronteira entre esse *próprio* e seu *outro* atravessa tanto a prática que busca a distinção entre o aparato da pesquisa e o material por ela tratado, quanto à “encenação escriturária” na qual o discurso do saber domina o passado representado, citado e conhecido.

Certeau constata então que, a princípio, a psicanálise e a historiografia possuem duas formas distintas de distribuir esse *espaço da memória*, isto é, elas pensariam de forma diferente as relações entre o passado e o presente. A historiografia pensaria essa relação sob os modos de sucessividade (um depois do outro), correlação (maior ou menor grau de proximidade), efeito (um segue o outro) e disjunção (um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo). Para o saber histórico, o passado estaria, portanto, *ao lado do presente*.

Por sua vez, a psicanálise reconhece o passado *dentro do presente*, ou seja, concebe esta relação a partir do “modelo da imbricação (um no lugar do outro), da repetição (um reproduz o outro sob uma forma diferente), do equívoco e do quiproquó (o que está no lugar de quê? Há por toda parte jogos de máscaras, de reviravolta e de ambiguidade)” (Certeau 2012, 73). Na teoria psicanalítica, a organização do atual traz consigo, mascaradas e camufladas, as configurações anteriores. Nela o passado retorna ao presente do qual havia sido excluído, por isso *um está no outro*.

Conforme Certeau salienta, inicialmente, verifica-se um confronto entre essas duas formas de perceber e conceber a temporalidade. Por outro lado, ele destaca que elas se desenvolvem em um terreno em que as questões não deixam de ser análogas, pois procuram:

princípios e critérios em nome dos quais seja possível compreender as diferenças ou garantir continuidades entre a organização do atual e as antigas configurações; conferir valor explicativo ao passado e/ ou tornar o presente capaz de explicar o passado; reconduzir as representações de outrora ou atuais a suas condições de produção; elaborar (de onde? de que modo?) as maneiras de pensar e, portanto, de superar a violência (os conflitos e os acasos da história), incluindo a violência que se articula no próprio pensamento; definir e constituir a narrativa que é, nas duas disciplinas, a forma privilegiada conferida ao discurso da elucidação. (Certeau 2012, 73).

Diante destes aspectos, é interessante notarmos a importância atribuída por Certeau ao privilégio dado, pelas duas doutrinas, à narrativa dentro do discurso da elucidação. As duas estratégias do tempo que ele havia diferenciado se encontrariam, portanto, na construção do discurso narrativo⁹ no qual se estruturam, se organizam e se esclarecem. São nesse sentido que, para o autor, os cruzamentos e debates entre as duas estratégias apontariam para as possibilidades e limites da renovação que o encontro entre história e psicanálise oferece à historiografia.

François Dosse, em *A história à prova do tempo*, critica essa distinção apontada por Certeau. Desde que as discussões sobre a memória ganharam espaço na historiografia¹⁰ seria impróprio sustentar a distinção entre as duas estratégias de temporalidade, tal como concebida por Certeau. Segundo o autor,

nesse novo espaço memorativo comum ao psicanalista e ao historiador, a imbricação entre passado e presente é semelhante e, em vez de opor as duas abordagens, tece-lhes um horizonte comum, o do vestígio do passado em sua eficácia e da máscara deste em sua capacidade de velar. (Dosse 2001, 282).

Haveria para ele uma aproximação entre os dois campos, tanto no âmbito dos materiais utilizados quanto no dos métodos.

Contudo, entendemos que a distinção proposta por Certeau é concebida de forma crítica por ele mesmo. Ao apontar para as diferentes estratégias de temporalidade nas duas disciplinas, o historiador não está endossando-a de forma acrítica, nem a entendendo como um postulado teórico insuperável pela reflexão historiográfica. A própria forma como Certeau concebe as relações entre passado e presente guarda relações com a temporalidade da psicanálise (fruto, talvez, dos cruzamentos e debates realizados por ele).

Em *História e estrutura*,¹¹ Certeau afirma que

⁹ Contudo, um limite dessa “analogia” apresentada aqui por Certeau deve ser ressaltada. Em primeiro lugar, não está claro a que “narrativa” Certeau se refere, uma vez que mobiliza esse termo para pensar dois campos de saber distintos. Poderíamos entendê-la como o exercício operado pelo sujeito no interior da clínica analítica, ou como a “prática de escrita” empreendida pela disciplina. Em segundo lugar, deve ser questionada a associação imediata entre a suposta proximidade, caso seja esse o sentido empregado por Certeau, da narrativa no contexto da prática terapêutica e da narrativa construída pelo historiador. Essa discussão, por ser ampla e complexa, escapa aos propósitos de nosso trabalho.

¹⁰ Um bom exemplo desse tipo de pesquisa e discussão é a obra de Jacques Le Goff, *História e Memória*, de 1977 (Le Goff 2013).

¹¹ Originalmente publicado em 1970, sob o título *Histoire et structure*.

na experiência histórica ocorre algo de fascinante e, também, de inquietador: homens do passado saem de sua noite, sem que seja verdadeiramente possível designá-los. [...] Esses homens opacos escondem-se à medida que vou à sua procura; eles desestabilizam a convicção interna e primeira que criava uma espécie de reflexo imediato, consistindo em acreditar que o passado é descontinuidade de superfície, respaldada em uma continuidade de fundo. (Certeau 2012, 166).

Nesse sentido, o historiador “faz história” tanto enquanto produz textos historiográficos quanto no momento em que tem acesso – por seu trabalho – à consciência de que algo *se passou*, atualmente *morto*, portanto, inacessível *como vivo*. Contudo, a operação do historiador parte de um certo número de peças que “fazem parte de sua atualidade; e seu trabalho constitui um ‘passado’ na medida em que *há passado exatamente no lugar em que se encontra*, sob diversas formas, a resistência do que já não existe” (Certeau 2012, 167, grifos nossos). O trabalho histórico estaria relacionado, portanto, à tarefa de “fazer aparecer” (fabricar) a alteridade desse morto que se encontraria no mundo dos vivos. Dessa forma, a esse exercício corresponderia à atividade de relativizar o presente em relação a um passado.

Ao perceber as imbricações do passado no presente, Certeau não nega a diferença constituinte entre eles, pelo contrário, concebe o passado como alteridade do presente. O passado, de certa forma, é *ausência*, pois está morto, mas – à semelhança do pai de Hamlet – volta para assombrar o mundo dos vivos. Os historiadores que pressupõem que o passado está arrumado em peças e em ordem nos arquivos têm que lidar com o fato de que, como postula Freud, os mortos “voltam a falar”. Porém, não mais como entendia Michelet, pela evocação do “adivinho” que seria o historiador. Como destaca Certeau,

“isso fala”, mas à sua revelia, em seu trabalho e seus silêncios. Tais vozes, cujo desaparecimento é o postulado de qualquer historiador que as substitui por sua escrita, re-mordem o espaço do qual estão excluídas e continuam falando no texto-homenagem que a tradição ergue em seu lugar. (Certeau 2012, 78).

Essa combinação seria, portanto, o próprio *histórico* segundo Certeau: um *retorno* do passado no discurso do presente. Contudo, ela tumultuaria o corte que instaurou a historiografia moderna como uma relação entre um presente e um passado distintos – em que um é sujeito e o outro objeto de um saber, “um é produtor do discurso e o outro representado” (Certeau 2012, 62). Para o historiador francês, a epistemologia surgida com o *Século das Luzes*, que postula a diferença entre o sujeito do saber e seu objeto, serve de fundamento para esse tipo de separação entre passado e presente.

Procurando romper com esse tipo de concepção, Certeau entendeu que

Talvez, ao restaurar a ambiguidade que fisga a relação objeto-sujeito ou passado-presente, a historiografia viesse a retornar à sua antiga função, tanto filosófica quanto técnica, de dizer o tempo como a própria ambivalência que afeta o lugar em que ela está; e, portanto, de pensar a equivocidade do lugar como o trabalho do tempo no próprio interior do lugar do saber. (Certeau 2012, 65).

O autor conclui, então, que o outro está no lugar habitado pelos vivos e é por meio dele que as ambivalências do tempo se insinuam nesse lugar, tornando ele mesmo ambivalente em relação a si. Sendo assim, o discurso da história tenta apagar todo o rastro do outro, porém conserva – contra a vontade dos investigadores – os fragmentos que denunciam sua existência em seu próprio presente.

Certamente, Michel de Certeau não é o único a conceber uma temporalidade para a história calcada numa dinâmica de imbricações entre o presente e o passado. As enigmáticas relações entre essas instâncias temporais tem sido, há muito tempo, objeto de reflexões de filósofos, historiadores e cientistas sociais. Entre os historiadores, alguns fornecem importantes contribuições para os contornos que essas discussões assumiram ao longo do século XX e das últimas décadas¹².

Como ressalta François Dosse, por exemplo, os próprios fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, concebem o discurso historiográfico como intimamente ligado ao presente. A grande inovação que esses autores teriam trazido à historiografia seria o estabelecimento de uma nova relação do historiador com suas fontes, pois “ele já não deve escrever o que estas lhe ditam, mas, ao contrário, tornar-se um diretor de cena que a recompõe, constrói e desconstrói ao sabor de suas hipóteses” (Dosse 2001, 273). Essa relação ativa do historiador com suas fontes teriam induzido a uma nova relação com o passado, que se torna inseparável do presente.

O historiador José Carlos Reis entende que os fundadores dos *Annales* procuraram romper com três perspectivas que concebiam – de formas distintas – as relações entre passado e presente. Primeiramente, com a perspectiva na qual o passado tende a se isolar do presente e a se constituir como um objeto em si. Em seguida, com a concepção na qual o presente tende a *absorver* em si o passado¹³, que passa a fazer parte da contemporaneidade. Por fim, com uma perspectiva que entende que a sucessão do tempo histórico se torna secundária em relação a um tempo lógico, marcado pela simultaneidade. O autor destaca que eles propuseram uma percepção na qual “o passado não se isola do presente. Ele é abordado a partir do presente, que levanta as questões sobre o passado que o ajudarão a melhor se conduzir e se compreender. Há, portanto, uma relação de interrogação recíproca” (Reis 2008, 34)¹⁴.

¹² Nesse sentido, é essencial destacarmos que, por se tratar de uma discussão ampla que tem mobilizado uma vasta e inesgotável bibliografia, não podemos abrangê-la em nosso trabalho, pois além da carência de espaço e tempo, esse empreendimento escaparia aos propósitos aqui delineados. Podemos destacar, por exemplo, as importantes contribuições do historiador alemão Reinhart Koselleck para essa discussão, ao propor os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” para pensar as dinâmicas da temporalidade (Koselleck 2006). Ou mesmo, as propostas mais recentes de François Hartog que, dialogando com a obra de Koselleck, propôs a noção de “regimes de historicidade” (Hartog 2013). Também é interessante a discussão apresentada por José Carlos Reis sobre a ideia de “tempo psicológico” (Reis 2009). Podemos também fazer referência à obra do filósofo Paul Ricoeur, especialmente suas discussões sobre a questão do tempo e de suas relações com a narrativa histórica, que tem tido muito impacto dentre os historiadores nas últimas décadas (Ricoeur 2010).

¹³ O autor usa essa expressão para designar uma relação de absoluta identidade entre presente e passado. Ao absorver o passado o presente se torna seu mesmo.

¹⁴ Um ponto importante a ser destacado aqui é que se há um diálogo entre passado e presente, este não pode absorver o primeiro e torna-lo contemporâneo, pois, “o diálogo só é possível entre diferentes que se comunicam. E essa é a perspectiva da *Nouvelle Histoire*: passado e presente são diferentes, são momentos singulares do tempo histórico” (Reis 2008, 35). Mas é justamente por serem diferentes que podem informar um ao outro, podendo estabelecer, assim, uma relação de conhecimento recíproco.

Para Marc Bloch, por exemplo, a relação entre os tempos possui tanta força que entre eles os vínculos de inteligibilidade se dão, verdadeiramente, em um sentido duplo, isto é, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (Bloch 2001, 65). O historiador ainda acrescenta que “o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador” (Bloch 2001, 66). Por isso, para o autor, seria impróprio entender a história como uma mera ciência do passado¹⁵. Nesse sentido, as palavras de Fernand Braudel ecoam essa percepção: “a história é fruto de seu tempo” (Braudel 2011, 17), pois não só nasce em um presente como também mantém seus “olhos” voltados para ele.

Michel de Certeau também entendia que o discurso historiográfico está profundamente relacionado a questões que envolvem o próprio historiador¹⁶ e que interrogar esse sujeito do saber é, igualmente, ter de pensar o tempo. Isso porque esse sujeito se organiza como uma estratificação de tempos heterogêneos e é estruturado por sua relação com a alteridade. Certeau, talvez, tenha ido além das perspectivas de Bloch e Braudel acima delineadas uma vez que, para ele, o tempo representa precisamente a impossibilidade da “identidade do lugar”, pois “o problema da história inscreve-se no lugar desse sujeito que é, em si mesmo, dinâmica da diferença, historicidade da não identidade a si” (Certeau 2012, 67).

Há aqui, portanto, um último aspecto que ainda precisa ser percebido. O “tumulto” – causado pela inscrição do sujeito do saber no tempo (e do tempo no sujeito do saber) – na segurança do lugar e dos objetos da historiografia é agravado por aquilo que Certeau chama de retorno do afeto e das paixões no discurso. Conforme aponta o historiador, depois de ter sido central na análise “de uma sociedade até o final do século XVIII (até Spinoza, Hume, Locke ou Rousseau), a teoria das paixões e interesses foi eliminada, lentamente, pela economia objetivista que, no século XIX, acabou por substituí-la por uma interpretação racional das relações de produção” (Certeau 2012, 67). Contudo, é nesse ponto que a importância de Freud é retomada pelo historiador, após um século de rejeição, a economia dos afetos teria retornado sob o modo freudiano do inconsciente: “com *‘Totem e tabu’*, *‘Mal-estar na civilização’*, ou *‘Moisés e o monoteísmo’*, apresenta-se a análise – necessariamente

¹⁵ E também retomando a perspectiva de Bloch, o historiador colombiano Renan Silva traz uma importante contribuição, pois avança em mostrar que: “quando se tem claro o problema das formas diversas do vínculo entre passado e presente; quando se entende que o que chamamos *atualidade* se forma precisamente no tempo; quando se compreende que os processos sociais se constituem sobre a base de uma combinação de continuidades e descontinuidades que asseguram tanto a existência de processos de longa duração como a emergência de acontecimentos originais que introduzem novidades radicais e inflexões que modificam a direção de um fenômeno, não há por que pensar que da definição de história como o estudo do passado (e essa é *uma* de suas definições possíveis) pode resultar um afastamento da análise histórica de sua intenção de compreensão da atualidade. E, muito menos, que possa resultar numa renúncia por parte dos historiadores de enfrentar os grandes problemas da sociedade, suas urgências maiores, com tudo o que isso significa como *demanda de análise social*” (Silva 2015, 47).

¹⁶ Para Certeau, isso ficaria mais evidente, em pesquisas envolvendo áreas como: história das mulheres, dos negros, dos judeus, das minorias culturais etc. (Certeau 2012, 66). Com isso, o autor não quer dizer que a “objetividade” dessas pesquisas está comprometida, mas apenas apontar que nelas (e inescapavelmente em qualquer pesquisa historiográfica) o lugar em que se produz o discurso é claramente evidenciado e, visivelmente, pertinente para a construção da pesquisa.

relativa a um recalçado – que articula, de novo, os investimentos do sujeito a partir de estruturas coletivas” (Certeau 2012, 67).

Dessa forma, Freud teria contribuído para a inauguração de uma epistemologia distinta da que definia o lugar do saber como um *lugar próprio* e que avaliava a autoridade do sujeito do saber pela eliminação de qualquer questão relativa a si mesmo. Diante disso, tendo explicitado essa eliminação, a historiografia encontra-se, segundo Certeau, “reenviada à particularidade de um lugar ordinário, aos afetos recíprocos que estruturam representações e aos passados que, do interior, determinam o uso das técnicas” (Certeau 2012, 68). Tendo então abalado as identidades do tempo, do lugar, do sujeito e objeto (supostas muitas vezes pela historiografia), Freud teria resgatado – ou feito retornar – a ficção para o espaço do discurso científico, reintroduzindo nele a economia dos afetos e pulsões, postulando a noção de inconsciente e adotando uma determinada prática de escrita que não só os incluía como também se estruturava a partir deles. O psicanalista devolve, portanto, a pertinência às paixões, à retórica e à literatura; ele devolve-lhes a legitimidade no discurso científico.

É nesse retorno da ficção que nos concentraremos agora.

HISTÓRIA, PSICANÁLISE E LITERATURA

Certeau entende que, para devolver legitimidade à ficção que assombra o campo da historiografia, convém – em primeiro lugar – reconhecer no discurso legitimado como científico o *recalçado* que assumiu a forma de literatura. Para o autor,

as astúcias do discurso com o poder, a fim de utilizá-lo sem ficar a seu serviço, as aparições do objeto como ator fantástico no próprio lugar do “sujeito do saber”, as repetições e os retornos do tempo supostamente passado, os disfarces da paixão sob a máscara de uma razão etc., tudo isso depende da ficção, no sentido “literário” do termo.
(Certeau 2012, 69).

Assim, ele encontra tanto na teoria quanto na prática escriturária de Freud uma importante expressão desse recalçado (a ficção/literário) que retorna ao discurso científico.

Porém, antes de explorarmos esse aspecto, devemos esclarecer alguns dos sentidos que Certeau dá à noção de ficção. Por ser um conceito complexo e cheio de nuances, o autor procura identificar quatro funcionamentos possíveis da ficção no discurso do historiador¹⁷. Primeiramente, a ficção pode

¹⁷ Certeau atribui sentidos bem específicos e diversos ao termo “ficção”. Dessa forma, entendemos ser importante evidenciar que esse conceito possui um longa e complexa história de significações distintas, diante das quais as percepções de Certeau podem ser situadas. Luiz Costa Lima destaca, por exemplo, que na antiguidade romana (que se prolonga até o cristianismo medieval), o termo *factio* tinha, na maior parte das vezes, o sentido de ilusão, falsidade, mentira. Durante o renascimento, a redescoberta dos clássicos (sobretudo, Aristóteles) teria provocado uma suspensão da suspeita contra as então chamadas “belas-artes”. Contudo, “sua legitimação através de normas retóricas, assim como o prestígio da *imitativo*, falsamente entendida como correspondente à *mimesis*, impediam que *factio* tivesse um valor distinto” (Lima in Malerba 2016, 76). O autor ainda destaca que é, sobretudo, a partir do século XVIII que a oposição entre realidade e ficção assume um perfil distinto, que não favorece a *factio*. Isso ocorreria porque sua oposição com a realidade se reforça na medida em que o termo realidade “está relacionado com certo tipo de comunicação, a comunicação referencial” (Lima in Malerba 2016, 76). Portanto, desde o início dos tempos modernos, a

ser concebida como um termo oposto à própria historiografia¹⁸, logo “parte da historiografia ocidental se bate contra a ficção” (Certeau 2012, 45). Nessa perspectiva, a historiografia procuraria criar um distanciamento em relação aos dizeres e crenças comuns e, além disso, situaria nesta diferença sua credencial de erudição para distingui-la do discurso ordinário. Por meio do aparato crítico desenvolvido pela disciplina, o historiador retira o erro das fábulas e, ao diagnosticar o que é falso, ganha terreno em relação a elas. Desta forma,

na linguagem recebida como admissível, ele escava a posição que acaba atribuindo à sua disciplina, como se - instalado no meio de narratividades estratificadas e combinadas de uma sociedade (tudo o que ela relata ou relatou para si mesma) - ele se empenhasse em rechaçar o que é falso e não tanto a construir o que é verdadeiro; ou como se ele só conseguisse produzir a verdade pela identificação do erro. (Certeau 2012, 45-6).

A ficção seria, portanto, aquilo que a historiografia instituiu como errôneo, obtendo, assim, seu terreno próprio, isto é, na medida em que se constitui como não ficção.

Em segundo lugar, Certeau entende que esse conceito pode ser entendido como o oposto da ideia de realidade. Nesse sentido, a historiografia seria um discurso técnico capaz de determinar os erros da ficção e autorizar-se a falar em nome do real. Para o autor, ao estabelecer, de acordo com seus próprios critérios, “o gesto que separa os dois discursos - científico e ficção - a historiografia adquire seu crédito de uma relação com o real, porque seu contrário está colocado sob o signo do falso” (Certeau 2012, 46). Sendo assim, a ficção seria deslocada para o lado do irreal¹⁹, uma vez que o discurso científico, tecnicamente munido com as condições e aparatos para designar o erro, se colocam no lugar de privilégio para representar o real.

Em seguida, o historiador francês destaca também que a ficção está presente no discurso da ciência. Para ele,

ao discurso (metafísico e teológico) que decifra a ordem dos seres e as vontades de seu autor, uma lenta revolução instauradora de modernidade tomou o lugar das escritas capazes de instaurar coerências a partir das quais venha a produzir-se uma ordem, um progresso e uma história. Desligadas de sua função epifânica de representar as coisas, essas linguagens formais dão lugar, em suas aplicações, a cenários cuja pertinência se refere não mais ao que eles exprimem, mas ao que, por seu intermédio, se torna possível. (Certeau 2012, 46-7).

oposição ficção-realidade supõe o caráter negativo do primeiro termo e a valorização do segundo, que passa a ser confundido com os próprios procedimentos científicos.

¹⁸ O historiador Renan Silva afirma, por exemplo, que “o humor dominante nas ciências sociais nas décadas finais do século XX impõe a necessidade de recordar que existe uma diferença entre *história* – como análise histórica – e *literatura*” (Silva 2015). Contudo, é importante destacar que, para ele, essa distinção seria melhor compreendida se fosse vista como uma diferença de *grau* e não de *natureza* (Silva 2015, 19).

¹⁹ Para Certeau, esse tipo de percepção implica uma dupla defasagem que consiste, por um lado, “em fazer com que o real seja plausível ao demonstrar um erro e, ao mesmo tempo, em fazer crer no real pela denúncia do falso. Ela pressupõe, portanto, que o não falso deve ser real” (Certeau 2012, 46). O procedimento é, em tese, simples, pois, ao comprovar os erros, o discurso leva a considerar como real o que lhes é contrário.

Eis um novo funcionamento para a ficção. Ela operaria como um artefato científico e, dessa forma, ela não seria julgada pelo real que lhe faz falta, mas por aquilo que permite transformar. Como destaca Certeau, nesse sentido, seria "ficção não o que bate a fotografia do desembarque lunar, mas o que o prevê e o organiza" (Certeau 2012, 47).

A historiografia se utilizaria de ficções desse tipo quando, no espaço de um passado, faz funcionar hipóteses e regras científicas presentes, produzindo, assim, modelos diferentes de sociedade. Entretanto, o historiador alimenta certa desconfiança em relação a esse tipo de ficção que se tornou científica e sustenta, por exemplo, que ao se apoiar em “fatos”, podem ser revelados erros. Certeau acrescenta que essa resistência à ficção

baseia-se na relação que o discurso do historiador, supostamente, mantém com o real; na ficção, incluindo esta, o historiador combate uma falta de referencial, uma lesão no discurso “realista”, uma ruptura do acasalamento, pressuposto por ele, entre as palavras e as coisas. (Certeau 2012, 47).

Por fim, o historiador francês aponta para mais um sentido que o termo ficção pode assumir no discurso historiográfico. Ele pode ser acusado de ser um discurso que carece de “limpeza” [*propreté*] científica. A ficção assume esse significado ao lidar com uma estratificação de sentido, isto é, quando relata uma coisa para exprimir outra. Sendo assim, ela se configura em uma linguagem da qual se extrai efeitos de sentido que não podem ser circunscritos ou controlados. Certeau entende que, assim,

diferentemente do que se passa com a linguagem artificial – em princípio unívoca – ela não tem espaço próprio [*propre*]. Ela é “metafórica”. Movimenta-se, imperceptível, no campo do outro. Nessas circunstâncias, o saber não encontra lugar seguro e seu esforço consiste em analisá-la de maneira a reduzi-la ou traduzi-la em elementos estáveis e combináveis. (Certeau 2012, 48).

De acordo com esse ponto de vista, a ficção lesaria uma regra da cientificidade, pois seria a *feiticeira* que o saber se empenha em fixar e classificar, ao exorcizá-la em seus laboratórios. Por esse ângulo, ela não traria o signo do falso ou do irreal, nem do artefato anteriormente mencionado, mas designaria uma espécie de deriva semântica, ela “é a sereia da qual o historiador deve defender-se, a exemplo de Ulisses amarrado no mastro” (Certeau 2012, 48).

Apesar das especificidades de cada um desses sentidos atribuídos a ficção – seja sob suas modalidades míticas, literárias, científicas ou metafóricas – Certeau a concebe como um tipo de discurso que dá forma [*informe*] ao real, sem qualquer pretensão de representá-lo ou ser credenciado por ele. Sendo assim, se oporia a uma historiografia que se articula sempre a partir da ambição de dizer o real e, portanto, “a partir da impossibilidade de assumir plenamente sua perda. Essa ambição parece a presença e a força de algo de original; ela vem de longe, à semelhança de uma cena primitiva, cuja permanência opaca continuasse determinando a disciplina” (Certeau 2012, 48).

Diante desses aspectos, podemos constatar três implicações importantes da reflexão proposta por Certeau sobre os sentidos possíveis da noção de ficção. Primeiro, seguindo a lógica do historiador, devemos entender que o *real* produzido pela historiografia constitui também o *legendário* da instituição dos historiadores. Em segundo lugar, o aparato científico mobilizado pelo saber historiográfico possui igualmente aspectos de ficção no trabalho do historiador. E, por fim, quando vislumbramos as ligações do

discurso com quem o produz – seja “com uma instituição profissional e com uma metodologia científica” (Certeau 2012, 48) –, é possível considerar a historiografia como uma mistura de ciência e de ficção. E é se inscrevendo nessa interseção que as contribuições de Freud são, para Certeau, fundamentais para pensar as relações que a historiografia mantém com a literatura²⁰.

“Quais seriam os impactos da teoria freudiana sobre a configuração que, nos últimos três séculos, têm orientado as relações entre história e literatura?”. É com essa pergunta que Certeau inicia seu artigo *O “romance psicanalítico”: história e literatura*²¹, no qual se debruça, a partir de sua leitura de Freud, sobre essa espinhosa questão. O historiador francês entende que história e literatura passaram por um processo de divórcio, sobretudo, ao longo dos séculos XVII a XIX. Nesse período, as ciências ditas objetivas ergueram uma fronteira entre o objetivo e o imaginário, isto é, entre aquilo que elas controlavam e o seu “resto” (Certeau 2012, 91). Contudo, para ele, o freudismo participaria de uma revisão desta ruptura²².

Os debates historiográficos envolvendo essa problemática são amplos, complexos e já foram apreciados por inúmeros autores, que contribuíram de forma determinante para os contornos epistemológicos assumidos pela historiografia nas últimas décadas²³. Por se tratar, portanto, de uma questão que possui proporções tão vastas e cujos desdobramentos para a historiografia são múltiplos e diversos, procuramos concentrar nossos esforços em situar as

²⁰ Nas últimas décadas, os debates envolvendo esses dois campos foi, decisivamente, marcado pelas contribuições de Hayden White. Como o próprio autor salienta, a própria operação empreendida pelo historiador na construção de um texto histórico é, em sua essência, uma operação literária (ou mesmo fictícia) (White 2014, 115). As contribuições de White desde *“Metahistória”*, publicada em 1973, são essenciais para a compreensão desse debate (cf. White 2008). Suas teses já foram amplamente reproduzidas, discutidas e criticadas (ver, por exemplo, Chartier 2002). Para uma apreciação tanto de algumas das principais teses do autor, bem como dos desdobramentos dos debates por elas ensejadas ver, por exemplo (Marcelino 2012). É interessante notar que Certeau, mesmo sendo um contemporâneo de White, não chegou a travar com ele um diálogo direto, o que é evidenciado por sua ausência nas obras do historiador francês. Nesse sentido, essa ausência repercute também nos recortes de nosso próprio trabalho, que por apenas tangenciar aspectos do diálogo da história com a literatura, não se aprofundou nos diálogos (possíveis) de Certeau com White.

²¹ Originalmente *Le “roman” psychanalytique – Histoire et littérature*. Luce Giard, organizadora da coletânea “História e psicanálise: entre ciência e ficção” (Certeau 2012), serviu-se de uma das versões francesas – parcialmente inédita – do texto que havia sido apresentado, inicialmente, em um encontro internacional de psicanalistas, em Paris (1981), conforme indica em (Giard *in* Certeau 2012, 39).

²² Conforme indica Certeau, Freud pressupõe que seu método, por uma prática diferente da linguagem, é capaz de transformar completamente o campo das ciências humanas. Os ‘ensaios’ freudianos sobre a literatura e a história limitam-se a apresentar um quadro de hipóteses, conceitos e regras que visam pesquisas a empreender fora do campo em que a psicanálise foi cientificamente elaborada” (Certeau 2012, 92).

²³ Devemos reconhecer que há um imenso debate sobre qual seria propriamente o estatuto epistemológico do discurso historiográfico. Essas discussões compreendem uma multiplicidade de aspectos e caminham em direções amplas e diversas. Por um lado, abrangem a questão da natureza epistemológica da história, isto é, se ela deve ser concebida como um discurso científico, ou se seria um saber mais próximo da filosofia (cf. Reis 2004) (Rüsen 2010). Há também as discussões envolvendo as complexas relações com o discurso histórico mantêm com as noções de verdade e com o discurso literário (White 2014; 2008; Dosse 2003; Reis 2006, p 147-174; Ankersmit 2012). Nas últimas décadas, muitas investigações teóricas passaram a incidir sobre a questão da dimensão “narrativa” do discurso histórico, dando assim, novos contornos e abrindo novos caminhos para essa disciplina (REIS 2006; 2012; Malerba 2016; Ricoeur 2007; 2010; Chartier 2002; 2010; Dosse 2001; 2003; 2004; 2013; Lima 2006; Stone *in* Novais 2013), por exemplo.

contribuições que Certeau apreende da teoria freudiana que o auxiliam a se situar e posicionar nessa ampla tradição reflexiva²⁴.

Essa apropriação que o historiador faz de Freud está, de uma maneira, relacionada a dois pressupostos históricos importantes. Por um lado, Certeau acreditava que o psicanalista pressupunha seu método como uma prática de linguagem capaz de transformar o campo das ciências humanas. Apesar de reconhecer que os ensaios freudianos “sobre a literatura e a história limitam-se a apresentar um quadro de hipóteses, conceitos e regras que visam pesquisas a empreender fora do campo em que a psicanálise foi ‘cientificamente’ elaborada” (Certeau 2012, 92). É nesse empreendimento que o historiador insere suas leituras desse autor.

Por outro lado, é essencial reconhecer que seria ilusório conceber o freudismo como uma perspectiva teórica hermética e unificada. Uma série de tradições distintas emergiu desde a concepção dessa teoria. “Da Índia à Califórnia, da Geórgia à Argentina, o freudismo é tão fragmentado, quando o marxismo” (Certeau 2012, 93). Negar a historicidade da teoria freudiana em seus desdobramentos em contextos distintos seria incorrer no equívoco de ideologizar a teoria, ou mesmo fetichizá-la. Dessa forma, por mais que Certeau circunscreva sua leitura desse autor “nas margens da instituição lacaniana”, ele reconhece que não há um lugar adequado que possa garantir uma interpretação correta ou final de Freud. Sua apropriação desse autor é, apenas, mais uma possível. É uma leitura particular desse autor²⁵. Portanto, essa localização significa historicidade e é importante reconhecer essa dimensão, pois para Certeau,

antes de ser um objeto de discurso, a história engloba e situa a análise. Ela é seu insuperável pressuposto. Qualquer teoria da história está confinada em um labirinto de conjunturas e de relações que ela não domina; trata-se de uma “literatura” sob o domínio do assunto abordado por ela. (Certeau 2012, 93).

É a partir desse prisma que Freud é lido por ele.

Antes de tudo, o historiador francês entende que Freud, através de sua “prática de linguagem”, abriu um caminho que conduziu seus escritos da cientificidade ao romance. Depois da publicação de seus *Estudos sobre a histeria*, em 1895, o psicanalista teria se surpreendido, de forma bastante irônica, com fato de suas histórias de pacientes (*Krankengeschichten*) estarem sendo lidas como se fossem romances (*Novellen*) e, em certo sentido, desprovidas do caráter sério da cientificidade (*Wissenschaftlichkeit*). Sua maneira de abordar a histeria teria transformado sua maneira de escrever (cf. Freud 2016), teria operado nele uma “metamorfose do discurso”, como o próprio Freud salienta:

²⁴ Por mais que nosso trabalho estabeleça diálogos possíveis com muitas desses debates, excederia nossas pretensões a reprodução dos argumentos dos autores acima mencionados. Portanto, nos limitamos a, de alguma forma, concentrar nossas reflexões nas contribuições que Michel de Certeau oferece a essas discussões, ainda cientes dos prejuízos que o ocultamento de tão ricas questões traz ao nosso trabalho.

²⁵ Certeau afirma que: “Historiador de ofício, ou membro desta École desde sua fundação, não me sinto mais ‘apto’ para falar de Freud ou ser considerado como um de seus representantes. A instituição atribui uma localização, não uma autoridade” (Certeau 2012, 93).

o diagnóstico local e as reações elétricas não têm qualquer valor para o estudo da histeria, enquanto uma apresentação (*Darstellung*) aprofundada dos processos psíquicos, à maneira como ela nos é apresentada pelos poetas (*Dichter*), permite-me, pelo uso de algumas raras fórmulas psicológicas, obter certa compreensão no desenrolar de uma histeria. (Freud *apud* Certeau 2012, 94).

Há, portanto, em Freud um deslocamento em direção ao gênero poético ou romanesco, isto é, “a conversão psicanalítica é uma conversão ao ‘literário’” (Certeau 2012, 94). Conversão que se faz evidente até a última obra de Freud, *O homem Moisés e a religião monoteísta* (Freud 2014), a qual o próprio psicanalista designava como “romance”. Assim sendo, o discurso analítico muitas vezes assume a forma do que Freud chamava de “ficção teórica”.

De fato, o discurso freudiano promove o retorno da ficção à “seriedade científica”, não só como seu objeto, mas, sobretudo como sua forma (Orellana 2012, 20)²⁶. Sua escrita teórica assume a maneira do romance. Ao exumar as relações que assombram o intercâmbio do saber com seu objeto, Freud “atraíçoa” a norma científica, pois volta a encontrar o gênero literário que é o discurso teórico dessa relação (Certeau 2012, 95). Sendo assim, de acordo com uma observação de Jacques Lacan, Freud teria sido um dos únicos autores contemporâneos capazes de criar mitos (Lacan 1997), que no caso do psicanalista vienense significaria romances com função teórica. Dessa percepção, decorrem, segundo Certeau, três aspectos fundamentais que constituiriam uma teoria da narrativa freudiana.

Primeiramente, Freud acreditava que a definição de romance consistiria em combinar num mesmo texto os “sintomas da doença”, isto é, “uma semiologia baseada na identificação de estruturas patológicas” (Certeau 2012, 95) e uma série de acontecimentos relacionais que surpreendem e modificam o modelo estrutural. Assumir o estilo do romance significaria, para o psicanalista, abandonar a mera apresentação de casos baseada na formulação de observações que evidenciariam a existência de quadros coerentes compostos a partir da apreensão de dados relativos ao modelo sincrônico de uma doença (cf. Freud 2016). Em Freud, a estrutura patológica torna-se o quadro no qual são produzidos acontecimentos que ela não integra, evidenciando, assim, o funcionamento dialogal da própria cura no contexto analítico. O texto que careceria daquela seriedade científica é o que daria conta de expressar esse funcionamento.

Em segundo lugar, o próprio Freud está implicado na relação que estabelece com seu interlocutor. Suas análises de caso trazem consigo as surpresas que o sofrimento de seus pacientes traça em sua posição (Freud 2016). Nesse sentido, o romance resultaria da alteração que o sofrimento do outro introduz no modelo que lhe serve de quadro teórico. Para Certeau, “no texto, tais diferenças marcam, ao mesmo tempo, déficits e acontecimentos da narração. Esses dois valores – o primeiro, relacionado com o modelo, enquanto o outro se refere à narrativa – têm, aliás, a mesma significação: o déficit da teoria define o acontecimento da narração” (Certeau 2012, 96). Dessa forma, o romance freudiano se constituiria a partir da relação que a teoria estabelece com a aparição factual de seus limites.

²⁶ Certeau destaca que “curiosamente, enquanto Freud havia sido alimentado pela *Aufklärung* científica do século XIX e se tinha empenhado, com paixão, em fazer reconhecer a ‘seriedade’ do modelo acadêmico vienense, ele dá a impressão deter sido apanhado desprevenido por sua própria descoberta” (Certeau 2012, 94).

Ainda nessa perspectiva, é interessante notarmos que o sofrimento do outro, não afeta apenas o saber do analista, mas também ele mesmo. Esse diálogo faz surgir no próprio analista uma inquietante familiaridade. E a confissão dessa alteração contribui para definir o romance psicanalítico. Certeau acrescenta que

ao retirar, assim, o cunho de seriedade ao modelo científico, a narrativa freudiana grava aí uma historicidade oculta do analista e uma mudança recíproca dos interlocutores; trata-se de uma escultura de acontecimentos – até então não conhecidos – no quadro estrutural de um saber. (Certeau 2012, 96).

Freud confessa sua reação afetiva diante de seus casos, o que contradiria o discurso científico que postula que o enunciado deve ser independente do interlocutor. Dessa forma, ele reintroduz a historicidade do interlocutor que passaria a ser a própria condição da elucidação analítica. Assim, sua prática de linguagem seria uma prática intersubjetiva. O método de Freud transforma o discurso da análise em uma ficção, isto é, um discurso em que fica marcada a particularidade de seu locutor. Uma ficção seria, portanto, um saber que é atingido por seu outro (o afeto, etc.). Este seria o estatuto teórico do romance.

Por fim, a forma como Freud concebe sua escrita ensinaria a ler outros documentos. Isso porque ela evidencia que qualquer narrativa envolve uma relação entre uma estrutura e acontecimentos, isto é, entre um sistema (seja ele explícito ou não) e o vestígio de algo diferente nele²⁷. Deste modo, a obra literária seria irredutível à seriedade de um modelo estrutural imposto por uma determinada cientificidade. Contudo, também não seria viável pulverizá-la nos “acontecimentos de leitura (afetos ou reminiscências), multiplicadas indefinidamente pela fantasia ou pela erudição. Ela irá aparecer de preferência como o engaste de alterações históricas em um quadro formal” (Certeau 2012, 97). Em Freud, existiria uma continuidade na forma de escutar um paciente, interpretar um documento (seja literário ou não²⁸) e na maneira como escreve. Não há um corte essencial entre essas três operações. Nesse sentido, o romance pode caracterizar tanto as afirmações de um paciente quanto uma obra literária ou o próprio discurso psicanalítico.

Certeau considera que, mesmo retornando ao gênero do romance, a escrita e a interpretação freudianas não deixam de ser históricas, no aspecto que consideram seus materiais como efeitos de sistemas (políticos, sociais, econômicos, ideológicos, por exemplo), além de terem como objetivo elucidar operações temporais (causalidade, inversão, cruzamento, etc.) que poderiam ter dado lugar a esses efeitos. Há em Freud, portanto, uma problemática da história, evidenciada por um postulado de produção e uma identificação de seus processos cronológicos. E para lidar com ela, o psicanalista teria reempregado modelos emprestados de duas regiões da literatura bem definidas desde Aristóteles: a tragédia e a retórica (Aristóteles 1996). Diante disso, duas considerações se fazem necessárias.

²⁷ As articulações, relações e tensões entre “estrutura” e “acontecimento” na narrativa histórica suscitam importantes discussões historiográficas, que tem testemunhado nas últimas décadas, conforma indica François Dosse, uma espécie de “retorno do acontecimento” (Dosse 2013).

²⁸ Como é o caso dos documentos do século XVII que o levaram a narrar o caso do pintor Haitzmann (Freud 2011c).

Primeiro, com relação a presença da tragédia em Freud. Como sistema de explicação, a análise freudiana adota a estruturação do psiquismo por três instâncias: o Eu (*Ich*), o Id (*Es*) e o Super-eu (*Über-Ich*) (Freud 2011). Esse aparelho psíquico, segundo Certeau, retoma um modelo de funcionamento teatral, “constituindo-se à maneira da tragédia grega e do drama shakespeariano; ora, sabe-se que tanto a primeira quanto o segundo não cessaram de fornecer a Freud estruturas de pensamento, categorias de análise e citações autorizadas” (Certeau 2012, 98). Na teoria freudiana, portanto, tanto o aparelho quanto o desenrolar psíquicos são construídos a partir desse modelo literário do teatro.

Contudo, haveria uma peculiaridade na apropriação que Freud faz desse modelo, pois ele produz um retorno ao mito a partir do romance. Com isso, mantém-se naquilo que Certeau chama de “estágio intermediário” – ou entremio [*entre-deux*] – que é a tragédia, que funciona como uma historicização do mito. Situado, assim, “entre o romance e o mito – pelo fato de que o primeiro relata um desenrolar, enquanto o segundo mostra estruturas –, o aparelho psicanalítico oferece, portanto, o modelo da tragédia à interpretação histórica dos documentos” (Certeau 2012, 98).

A segunda consideração está relacionada à *retórica* freudiana. A historicização dos modelos literários, em Freud, se evidenciaria de forma ainda mais contundente em suas análises práticas, por exemplo, em *A interpretação dos sonhos* de 1900 (Freud 1999). Nesses textos, as operações que estruturam as representações, articulando-a a partir do sistema psíquico, são trazidas da retórica: metáforas, metonímias, sínecdoques, etc. Mais uma vez, o modelo é extraído da literatura. Para Certeau, esse ato de escrita é importante, pois

Freud retira essas “figuras da retórica” do gueto “literário” no qual haviam sido confinadas por uma concepção da cientificidade; ele confere-lhes uma pertinência histórica, ao reconhecer nesse campo um conjunto de operações produtoras de manifestações relativas ao outro (desde Édipo, ou a castração, até a transferência). (Certeau 2012, 99).

Nessa perspectiva, esse “renascimento” da retórica em Freud evidenciaria uma lógica diferente da que prevalecia no discurso “sério” da cientificidade. Isso porque tais processos retóricos não dependeriam da racionalidade da *Aufklärung* que procura privilegiar a “analogia, a coerência, a identidade, e reprodução; eles correspondem a todas as alterações, inversões, equívocos ou deformações que utilizam os jogos com o tempo (as ocasiões) e com o lugar identificatório (as máscaras) na relação de outro com outro” (Certeau 2012, 99). Dessa forma, o texto literário se torna o campo em que se exerce uma lógica da alteridade; lógica que havia sido esquecida pelas ciências, na medida em que procuravam praticar uma lógica dele, uma lógica da identidade. Esses procedimentos literários, mobilizados por Freud, são o meio pelo qual ele historiciza a retórica e a reintroduz na fortaleza da ciência. Para Certeau, portanto, o psicanalista

transforma o texto literário no desdobramento das operações formais que organizam uma efetividade histórica; ele confere-lhe, ou melhor, devolve-lhe, o estatuto de ser uma ficção teórica em que é possível reconhecer e produzir os modelos lógicos indispensáveis a qualquer “explicação” histórica. (Certeau 2012, 100).

Entretanto, a forma freudiana de se valer da retórica ou de empreender o uso desses artifícios literários é questionada (ainda que indiretamente) pelo historiador Jörn Rüsen. Em seu texto *Retórica e estética da história: Leopold Von Ranke*²⁹, o autor ressalta que os historiadores, comumente, não veem a produção do seu trabalho como literatura, mas como um resultado da habilidade e do esforço acadêmico e científico. Destaca também que, nas últimas décadas, surgiram tendências na teoria da história que tem enfatizado o caráter poético e retórico da historiografia (talvez, seja esse o próprio caso de Certeau)³⁰.

Uma observação aqui se faz necessária para entendermos em que medida a perspectiva de Rüsen se diferencia da de Certeau. Para se contrapor a essas tendências, o historiador se vale da figura de Leopold von Ranke, em cuja obra encontra-se um modelo de equilíbrio no uso desses elementos da poética. Isso porque sua obra seria um ótimo exemplo de que a retórica e a estética podem estar presentes na historiografia, mas mediadas pela racionalidade, “a qual define o caráter acadêmico ou científico dos estudos históricos” (Rüsen *in* Malerba 2016, p 86). É bom que se diga que Rüsen não se propõe apenas a elogiar o “hegelianismo” de Ranke ou mesmo dar a seu modo historiográfico o estatuto de modelo para a escrita histórica atual. Sua intenção, ao mobilizar Ranke e seu uso racional da estética e retórica, é evidenciar que o reconhecimento “pós-moderno” da retórica na historiografia não deveria levar os historiadores atuais a retornar à uma retórica pré-moderna, mas

avançar para uma retórica historiográfica que preserve a necessidade de libertar a razão na historiografia e que reflita essa razão não simplesmente como uma técnica de pesquisa, mas com uma aproximação muito mais ampla e profunda dos estudos históricos como uma questão de estética da historiografia. (Rüsen *in* Malerba 2016, 103).

Como temos procurado demonstrar, a apropriação que Certeau faz da obra de Freud o distancia desse tipo de proposta ensejada por Rüsen. De fato, toda a crítica veiculada pelo historiador francês, por meio da teoria (e escrita) freudiana, se aplica a esse tipo de historiografia que ainda guarda uma pretensão de domínio racional sobre seus objetos, sobre o sujeito do saber e sobre a própria escrita. O que Certeau está procurando demonstrar é que Freud vem “atrapalhar” todas essas dimensões que o discurso científico “sério” procurava manter intactas. Nesse sentido, é interessante (e provocador) perceber que Certeau, sendo historiador, se coloca mais próximo de Freud do que de Ranke.

Essa perspectiva é corroborada por Andrés Freijomil. Para ele, Certeau promoveria uma substituição no status que Ranke ocupa como pai da história moderna, colocando Freud no lugar. Isso porque, aproveitando-se da elucidação freudiana, situaria a quebra entre o sujeito que conhece e objeto conhecido em duas frentes: por um lado, dentro da própria subjetividade, em um “eu historiador” cuja estabilidade já não pode ser sustentada; por outro, no

²⁹ Originalmente publicado sob o título: *Rhetoric and aesthetics of history: Leopold von Ranke*. In: *History and Theory*, vol. 29, n. 2, mai./1990, 190-204. Em nosso trabalho nos valem da versão portuguesa desse texto presente na coletânea de artigos organizada pelo historiador Jurandir Malerba (Malerba 2016).

³⁰ Por mais que o próprio Rüsen não despreze essas dimensões em sua própria compreensão do discurso histórico, ele entende que há uma certa dose de “pós-modernismo” na busca por seu caráter retórico e estético, que depreciaria seu valor científico (Rüsen *in* Malerba 2016, 85).

discurso histórico através da impossibilidade que tem de dizer o mesmo que representa (Freijomil 2010, 84).

De fato, esse desvio que Certeau pratica ao procurar uma filiação em Freud ecoa em sua principal reflexão sobre a historiografia, *A escrita da História*. Como o próprio historiador afirma, seu objetivo nesse empreendimento é traçar uma “história da escrita como prática histórica”, considerando os percursos e os “desvios” que assumiu no Ocidente desde o advento da modernidade no século XVI (Certeau 2011, XII). E, dessa forma, nos chama atenção o fato de que sua obra conclui com uma análise das escritas freudianas e os caminhos que elas teriam aberto para a própria escrita historiográfica.

E esse aspecto, segundo Ricoeur, é um dos elementos que mais distinguiria Certeau de Foucault, por exemplo. Pois o historiador procura enraizar sua busca em uma antropologia filosófica cuja referência à psicologia é fundamental e fundadora. E seria utilizada para demonstrar que as chamadas ficções teóricas devem ser entendidas como o cenário caótico de uma historiografia que, por mais que não expresse abertamente sua origem psicanalítica, não deixa de ser o signo de uma dívida e uma tarefa freudiana (Ricoeur 2007, 214)³¹.

Certamente Freud não foi um historiador “profissional”. Porém, para Certeau, mesmo não o sendo, ele foi um pioneiro nesse campo; de uma forma peculiar, ele foi um “praticante” dessa disciplina. Como procuramos demonstrar até aqui, as “investidas” (ou intervenções) do psicanalista no terreno da história teriam incidido, sobretudo, em três aspectos: em primeiro lugar – aproximadamente meio século depois de Michelet ter afirmado que, por meio do historiador, os mortos “voltam a falar” – Freud acrescenta que eles falam, mas a despeito e à revelia do historiador, em seu trabalho e em seus silêncios; em segundo lugar, essas vozes – cujo desaparecimento seria o postulado de qualquer historiador que se propõe a substituí-las por sua escrita – remorem esse espaço da qual foram excluídas, sem que estejam sob o controle efetivo daqueles que as tentam traduzir em texto; e, por fim, na historiografia, Freud volta a introduzir as lutas míticas. Por meio de uma cientificidade peculiar, ele enfeitiça o saber, inclusive o dos historiadores que pressupõem que o passado está organizado em peças e em ordem nos arquivos.

Um último aspecto que decorre dessas observações ainda precisa ser destacado. Para Freud, a escrita da história (*Geschichtsschreibung*)³² é o ponto nodal das relações entre literatura e história. Para o psicanalista, ela se produz a partir de acontecimentos dos quais “nada” subsiste e, desse jeito, “toma o lugar” deles. Portanto, ela é, ao mesmo tempo, excluída daquilo que aborda, mas também canibal. Ela substitui, isto é, ocupa o lugar da história que lhe faz falta. Para Certeau, esse é o processo escriturário de Freud (Certeau 2012, 107). O historiador ainda acrescenta que

³¹ É importante destacar, também, que Ricoeur entende que Certeau se distancia de Foucault, na medida em que se vê saindo da “neutralidade absoluta de um discurso sobre o discurso e começando a articular esse discurso sobre as outras práticas significantes, o que é a tarefa própria de uma história das representações” (Ricoeur 2007, 214).

³² O psicanalista utiliza esse termo para se referir, por exemplo, à historiografia hebraica em “O homem Moisés e a religião monoteísta” (Freud 2014), ou para designar outras historiografias, como, por exemplo, em seu texto sobre Leonardo da Vinci (Freud 1980).

A escrita adota a dupla característica do tempo: perder o lugar (trata-se de um exílio) e devorar a vida (trata-se de um canibalismo). Como se estivesse em questão o avanço (interminável) e a fome (insaciável) de um corpo da Letra. De qualquer modo, no processo de escrita existe a dualidade que a faz funcionar: ora como refugio do real, ilusão de saber e dejeção da ciência; ora como instituição voraz e instituição dominadora. Essa ambivalência tem a ver com a essência da escrita. (Certeau 2012, 108).

Assim sendo, Certeau entende que a autoridade que é reivindicada pelo discurso tende a compensar o real do qual é banido. E é a instituição, mediante sua própria autoridade, que vai preencher o “nada do saber”, pois ela é a articulação entre eles; “a máquina institucional efetua e garante a operação, quase mágica, mediante a qual esse nada é substituído por algo de autoridade” (Certeau 2012, 108). Ela torna o discurso crível³³.

A historiografia procuraria, portanto, fazer com que o discurso seja dotado de uma referencialidade, levá-lo a funcionar como “expressivo”, autorizá-lo pelo viés do “real” e, por fim, instituí-lo como suposto saber. Deste modo, “sua lei é ocultar o nada, preencher os vazios” (Certeau 2012, 111)³⁴. Contudo, Certeau é crítico das tradições científicas que postulavam uma autonomia do discurso em relação ao lugar de seu produtor, pois reconhece que sua posição, seu pertencimento a um lugar, exerce um efeito epistemológico sobre o texto. Para ele, essa filiação intervém de maneira decisiva na definição do próprio estatuto do discurso. O historiador vê em Freud alguém que “lidou bem” com essa instabilidade do discurso, o que foi evidenciado pela própria ambiguidade dos mitos que o psicanalista criou – desde *Totem e tabu* (Freud 2012) a *O homem Moisés e a religião monoteísta* (Freud 2014) – entre seu caráter de ficção (pois nada nessas criações é “verdadeiramente histórico”) e a afirmação de que eles dizem respeito à relação com o real (pois conferem ao movimento histórico sua forma).

Essa ambiguidade é inescapável à própria historiografia.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Poética. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ANKERSMIT, F.R. A escrita da história: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.
- BARROS, José D’Assunção. História e saberes psi: considerações interdisciplinares. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.2, 252-285, Jul./Dez. 2011
- BARROS, José D’Assunção. O tempo dos historiadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

³³ Certeau entende que um dos atributos da instituição é “fazer crer”. Para ele, “a vida social exige a crença, bem diferente, que se articula a partir dos supostos saberes garantidos pelas instituições; ela baseia-se nessas companhias de seguros que protegem contra a questão do outro, contra a loucura do ‘nada’. No mínimo, deve-se proceder à distinção entre a delinquência da ‘não seriedade’ literária e a normatividade baseada em credibilidades institucionais” (Certeau 2012, 115).

³⁴ Phillipe Carrard faz uma excelente ponderação quando afirma que nem as análises de Certeau da história como um tipo de narrativa, nem seus esforços em reabilitá-la como uma forma de se dar sentido das coisas, o levou a unir irrefletidamente a história com a ficção. Diferentemente de Hayden White (cujo trabalho Certeau curiosamente nunca discutiu), Certeau não considerou a dependência da história na narrativa como uma razão para obscurecer as fronteiras entre o discurso factual e o ficcional (Carrard 2001, 469).

- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CARRARD, Philippe. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the Poetics of Historiography. *The South Atlantic quarterly* [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág: 465 -482.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CERTEAU, Michel de. História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- DOSSE, François. A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DOSSE, François. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. *Prohistoria* vol.14 Rosario jul./dic. 2010.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. Edição Comemorativa 100 anos. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1893-1895): em coautoria com Josef Brauer. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FREUD, Sigmund. Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. (1910) In: Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. vol. XI; p 53-124. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- FREUD, Sigmund. O Eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.
- FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915). In: Freud, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Obras completas volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: Certeau, Michel de. História e psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAN, Jacques. O seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959 – 60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LAPLANCHE, Jean. Vocabulário da psicanálise. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEGOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MALERBA, Jurandir. (org.) História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, 2016.
- MARCELINO, Douglas A. A narrativa entre a vida e o texto. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, 130-146.

- ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: história e ficção.. Princípios: Natal (RN), v. 19, n. 31 Janeiro/Junho de 2012, 5-27.
- REIS, José Carlos. A história entre a Filosofia e a Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- REIS, José Carlos Reis. História, a ciência dos homens no tempo. Londrina: EDUEL, 2009.
- REIS, José Carlos. Nouvelle histoire e o tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Annablumme, 2008.
- REIS, José Carlos. Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- RUSEN, Jörn. Reconstrução do passado histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. History and theory. Ano: 2012 vol:51 fasc:1 pág:63 -83.
- WHITE, Hayden. Meta-história. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE, Hayden. Trópicos do discurso. São Paulo: Edusp, 1994.

MICHEL DE CERTEAU E A PSICANÁLISE
AS ESTRATÉGIAS DO TEMPO E AS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA COM A LITERATURA
ARTIGO SUBMETIDO EM 31/08/2020 • ACEITO EM 02/12/2020
DOI | <https://doi.org/10.5216/rth.vi2.65390>
REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA | ISSN 2175-5892



ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO LIVRE DISTRIBUÍDO NOS TERMOS DA LICENÇA *CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION*, QUE PERMITE USO IRRESTRITO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO EM QUALQUER MEIO, DESDE QUE O TRABALHO ORIGINAL SEJA CITADO DE MODO APROPRIADO